

PROVA COMENTADA PELOS PROFESSORES DO CURSO POSITIVO

Vestibular UFPR 2011/2012 - 2ª Fase

PORTUGUÊS



COMENTÁRIO DA PROVA DE PRODUÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTOS

Ressalvadas a ausência de propostas que aproveitem a lista de livros de leitura obrigatória (ver texto a seguir) e a relativa perda de abrangência decorrente da diminuição de sete para cinco propostas (a partir do exame de 2009), pode-se, sem exagero, afirmar que a prova de Compreensão e Produção de Texto do vestibular da UFPR constitui-se – tanto em seu formato, quanto em sua efetiva realização – como um dos melhores instrumentos de avaliação com que conta a educação paranaense e brasileira, do que resulta importante contribuição para a construção de referenciais de ensino-aprendizagem para a leitura e a escrita em língua materna. Seu principal mérito, segundo nos parece, está em valorizar o(a) estudante envolvido(a) com o debate e a reflexão sobre questões de caráter público, estimulando, desse modo, o exercício ativo da cidadania, no sentido inverso da alienação e da apatia.

Esta edição de 2012, em especial, explora com grande competência as potencialidades do modelo e pode ser considerada a melhor desde a de 2007.

A prova compõe-se de cinco propostas, que solicitam a elaboração de um resumo e de diferentes gêneros baseados no texto dissertativo-argumentativo (carta do leitor, comparação/paralelo, continuação de artigo jornalístico e argumentação de tipo tradicional). A todas as propostas está subjacente certa unidade semântica que tem como eixos condutores temas relacionados à política e à juventude.

As propostas 2 e 3 referem-se às recentes manifestações dos jovens espanhóis que ocuparam praças públicas, como a Plaza Del Sol (em Madri) e a Plaza de Catalunya (em Barcelona). O texto que deve ser resumido na proposta 2, do cientista político Renato Lessa (da revista *Ciência Hoje*, publicação que já figurara no exame da primeira fase), poderia também ser aproveitado como parte do exercício comparativo solicitado na proposta 3 (semelhanças ou diferenças entre os jovens espanhóis da atualidade e os também jovens manifestantes do Maio de 68 na França).

A proposta 1 discute a pertinência da meia-entrada a que os estudantes têm direito em teatros, cinemas e espetáculos em geral, a qual, segundo matéria da revista *Superinteressante*, acabaria “se tornando um fardo para quem paga inteira”. A meia-entrada, informa o texto-base, é uma antiga conquista da UNE (União Nacional dos Estudantes). A mesma juventude, portanto, que se apresenta como manifestante nas propostas 2 e 3, é alvo de críticas nesta primeira proposta.

A quarta proposta explora um tema afeito ao discurso político e solicita a continuação de artigo do jornalista Fernando Rodrigues, da *Folha de S. Paulo*, que analisa a chamada Lei da Ficha Limpa, sobre cuja constitucionalidade deve manifestar-se em breve o Supremo Tribunal Federal (STF). Sob vários aspectos, essa lei – fruto de iniciativa popular – manifesta a mesma indignação contra a política partidária e eleitoral que anima as manifestações dos jovens espanhóis e já estava presente no Maio de 68 francês.

Por fim, a última proposta toma por base texto de inclinação filosoficamente liberal do colunista da *Folha de S. Paulo*, João Pereira Coutinho, que tem por mote a morte da cantora britânica Amy Winehouse, um ícone da juventude e da cultura pop contemporânea. O autor questiona se “a sociedade deve impor limites à autodestruição de um ser humano”, argumentando em favor da concepção do filósofo inglês John Stuart Mill (1806 – 1873), segundo a qual “se não há dano para terceiros, o indivíduo deve ser soberano nas suas ações e na consequência de suas ações”.

O bom desenvolvimento das propostas, como se vê, pressupõe a familiaridade com um amplo leque de pontos de vista políticos, filosóficos e ideológicos, próprios da polifonia que deve caracterizar uma sociedade democrática.

Ressalvando, ainda uma vez, que a banca examinadora deveria considerar mais seriamente a possibilidade de solicitar com maior frequência textos relacionados aos livros de leitura obrigatória, parece-nos que, pela criatividade das propostas, pelo incentivo à tomada de consciência em favor do dialogismo republicano, pela elegância das referências internas e da coerência temática, a prova certamente terá cumprido o papel de selecionar os(as) melhores candidatos(as), além de fornecer um instigante paradigma para as aulas de compreensão e produção de texto no ensino médio.

Tal avaliação, como é natural, não implica que a prova esteja livre de falhas ou questionamentos. Significa, todavia, que esses eventuais problemas de modo algum invalidam o ótimo resultado final. A esse propósito, vejam-se os comentários específicos que acompanham a análise de cada uma das cinco propostas.

Professores de Português do Curso Positivo.

COMENTÁRIO DA PROVA DE LITERATURA

Prof. Fábio Bettes

Para muitos, o Vestibular se resume a um simples processo de avaliação, no qual são selecionados os “melhores” candidatos para o número disponível de vagas em uma determinada instituição. Sim, o Vestibular é um processo de avaliação, é uma grande peneira educacional. Mas não é só isso. É muito mais, mas muito mais mesmo.

Bem, onde entram a Literatura e a Redação nessa discussão? Vamos analisar dois fatos:

Primeiro: a disciplina de Literatura, na UFPR, exige que o aluno gaste muitas horas de estudo e preparação para dar conta de todo o programa estabelecido pela UFPR, pois o programa contempla:

- 1) A leitura integral de 10 obras que, juntas, somam aproximadamente 1800 páginas;
- 2) O contexto histórico, social, cultural e estético que cerca a composição de cada obra – traduzindo: os estilos de época, do Barroco à Literatura Contemporânea;
- 3) O conhecimento de teoria literária.

Segundo: a prova de Produção de Textos, de acordo com o que a UFPR diz em seu edital, “tem por objetivo avaliar a capacidade de o candidato produzir textos de diferentes gêneros textuais”.

Diante desses dois fatos, o que podemos dizer? Muito, muito mesmo. Mas não vamos nos alongar. Vamos analisar o seguinte:

1. Limitar a Literatura Brasileira apenas à primeira fase é um erro enorme, pois:
 - 1.1. o aluno não se sente estimulado a estudar tantos conteúdos, que lhe tomarão muito tempo, para resolver apenas 6 questões.
 - 1.2. a UFPR desvaloriza a importância de se lerem, ao menos, dez livros para um exame de admissão numa Universidade pública de qualidade.
2. A prova de Produção de Textos (2ª fase) deveria cobrar conteúdos e habilidades relativos à Literatura, uma vez que:
 - 2.1. há espaço para isso, pois são, quase sempre, 5 questões.
 - 2.2. no passado, a própria UFPR já fez questões de tal natureza (1999, 2002, 2003, 2007 e 2009).
 - 2.3. a prova demonstraria maior variabilidade de gêneros textuais, atendendo ao que se propôs no edital do Vestibular.
3. A prova de Produção de Textos (2ª fase) da UFPR – tão inovadora e sensacional, que procurou libertar os alunos da tirania da onipresente e única dissertação –, está repetitiva e viciada em textos jornalísticos. Na verdade, a UFPR, em seu processo de avaliação, deveria privilegiar o aluno que é capaz de interpretar textos diversos, como: charges, tiras, infográficos, reportagens, artigos e, **também**, textos literários. Entretanto, em 5 questões, 5 textos extraídos de jornais e revistas, virtuais ou não. Por que ignorar os livros? Por que ignorar os textos literários?
4. A prova de Produção de Textos deste ano procurou abordar uma série de temas relevantes da atualidade. E a Literatura não serve como reflexão a tais temas? Triste, muito triste perceber que a UFPR desprezou as relações da Literatura com os temas propostos nas questões.

Em nosso entender, a prova do Vestibular UFPR é uma bússola que orienta tanto os professores quanto a produção de materiais didáticos, desde o ensino fundamental até o ensino médio. Logo, um desprezo pelos textos literários no Vestibular da UFPR traz um desprestígio para a disciplina em toda a trajetória escolar.

Infelizmente, é mais um ano em que a UFPR monta uma prova de Produção de Textos sem exigir produção de uma redação a partir de um texto literário; é mais um ano em que a UFPR, assim, privilegia o aluno que compreenda textos cujo habitat sejam apenas as páginas de jornais ou revistas – virtuais ou não –, ignorando um ecossistema tão rico como as páginas dos livros de Literatura; é mais um ano em que a UFPR evidencia desprezo pelo saber literário; é mais um ano em que a UFPR desperdiça a oportunidade de valorizar o ensino da Literatura no Ensino Médio.

É o nosso lamento.

COMENTÁRIOS ESPECÍFICOS

A seguir apresentamos comentários específicos a cada uma das cinco questões discursivas. Nossa intenção consiste tanto em aprofundar a análise de tais questões, quanto a fornecer subsídios para que os(as) estudantes avaliem seu desempenho e reflitam sobre os vários aspectos imbricados nas propostas que compõem esta prova.

Após os comentários, apresentamos textos elaborados pela equipe de Língua Portuguesa do Curso Positivo. Embora, para facilitar a leitura, apareçam digitados, todos os textos foram redigidos originariamente a mão, respeitando os limites máximos de cada proposta.

PROVA COMENTADA PELOS PROFESSORES DO CURSO POSITIVO

Vestibular UFPR 2011/2012 - 2ª Fase

PORTUGUÊS



QUESTÃO DISCURSIVA 01

Leia o texto e o infográfico sobre as implicações da meia-entrada.

Os ingressos seriam mais baratos se não houvesse meia-entrada?

Quando a UNE conquistou para os estudantes o direito de pagar metade do preço nos eventos culturais, ainda na década de 1940, foi uma vitória. Mas o benefício acabou se tornando um fardo para quem paga inteira.

A conta é simples: o produtor sabe quanto quer ganhar e estima que 80% vão entrar pagando meia: cabe aos outros 20% cobrir o prejuízo. "Como a maioria paga metade, o preço tem que subir para a conta fechar", diz Adhemar Oliveira, responsável pelos cinemas

Unibanco Arteplex. No teatro não é diferente. "Sempre calculamos antes quantos vão entrar pagando meia para depois definir o preço da inteira", conta o diretor da Associação dos Produtores de Espetáculos Teatrais de São Paulo (Apetesp), Paulo Pélico.

As projeções abaixo mostram que, se a meia-entrada não existisse, o preço do ingresso inteiro cairia para quase metade. Com a diferença de que valeria oficialmente para todo mundo.

BARATO QUE SAI CARO Entenda como a meia-entrada torna os ingressos mais caros.



Escreva uma carta dirigida à seção "Cartas" da revista *Superinteressante*, manifestando sua opinião sobre a existência da meia-entrada. O seu texto deve, necessariamente:

- manifestar um ponto de vista em relação à questão tratada;
- retomar argumentos do infográfico para dar sustentação a sua opinião (você poderá reafirmar esses argumentos ou contrapor-se a eles);
- ter de 12 a 15 linhas.

Obs. A sua carta NÃO deverá ser assinada. Qualquer sinal de identificação invalida sua prova.

Questão discursiva 1 – Comentário

Tomando por base texto e infográfico que compõem matéria publicada na revista *Superinteressante*, a proposta solicita a elaboração de uma carta do leitor (a ser supostamente enviada à seção *Cartas* da mesma publicação), "manifestando sua opinião sobre a existência da meia-entrada" para estudantes em cinemas, teatros e eventos em geral. O comando deixa claro que o texto do(a) candidato(a) deveria retomar argumentos presentes no infográfico, seja para confirmá-los, seja para refutá-los.

Formalmente, portanto, a questão pede a elaboração de um gênero específico de texto argumentativo (a carta do leitor), com base em um texto-base e um infográfico.

Embora admita que o(a) candidato(a) possa concordar ou não com a existência da meia-entrada, o fato é que o formato da proposta não deixa de sugerir certo direcionamento na escolha da tese. Afinal, todos os dados, depoimentos e argumentos apontam para a condenação da meia-entrada, tida como a responsável por "um fardo para quem paga inteira". O esforço de contra-argumentar, convenhamos, parece, em princípio, maior do que o de apoiar a matéria da *Superinteressante*.

Talvez nesse ponto, todavia, resida o desafio dos que se opõem à meia-entrada, qual seja, valer-se dos dados do infográfico e dos argumentos da matéria sem incorrer em sua mera reprodução. Afinal, o interessante seria, além de adequadamente selecionar, também expandir tais dados e argumentos, de modo a poder sobressair-se em meio às várias redações presumivelmente muito semelhantes que se apresentarão para a equipe de correção.

O percurso argumentativo dos que apoiam a manutenção da meia-entrada partiria da contestação dos dados do infográfico. Não se trata, naturalmente, de dizer que a conta está matematicamente "errada". Mas seria possível argumentar que o fim da meia-entrada não levaria os donos de cinemas ou casas de

PROVA COMENTADA PELOS PROFESSORES DO CURSO POSITIVO

Vestibular UFPR 2011/2012 - 2ª Fase

PORTUGUÊS



espetáculo a, de fato, reduzir o preço dos ingressos a quase a metade; ao contrário, pode-se supor que o resultado mais provável seria o nivelamento pelo valor da inteira. Também seria válido, por exemplo, lembrar que a meia-entrada fomenta o interesse pela arte e a cultura, tornando-as acessíveis àqueles que ainda não têm renda para tanto, contribuindo, assim, com a educação da juventude.

Seja qual for o posicionamento escolhido, é importante observar que a carta do leitor tem suas peculiaridades. Pressupõe, por exemplo, a apresentação do tema e, em geral, a menção à matéria que inspirou a carta. E permite certo tom de indignação, bastante comum nas seções do leitor de jornais e revistas “reais”. A situação discursiva proposta, evidentemente ficcional, abre a possibilidade de que o(a) candidato(a) também simule ser quem efetivamente não é, ou seja, escreva fazendo-se passar por um enunciador igualmente ficcional. Destaque-se a boa iniciativa da banca examinadora em já iniciar o texto com o vocativo “Sr. Editor”, o que dirime uma dúvida comum.

Versão A

Sr. Editor,

Caramba! Pensar que eu defendia a meia-entrada para eventos culturais... Agora que sei que faço parte dos 20% que pagam praticamente o dobro de uma entrada, para promover desconto aos 80% que entram com “meia-entrada”, confesso: não estou satisfeita. O infográfico, apresentado por vocês na edição de julho de 2011, foi bastante elucidativo: a cada cinco participações, eu ganharia uma. Parece-me um ganho bastante estimulante! Se os estudantes do Reino Unido e do Chile pagam apenas 30% a menos, unamo-nos a eles.

Sei que o estudante, em sua maioria, não está no mercado de trabalho e tem alto custo para manter-se no meio acadêmico. E certamente não é necessário adotarmos o *slogan* do Maio de 68 dos jovens franceses: “Eu participo, tu participas, ele participa, nós participamos, vós participais, eles lucram”. Mas, como defendeu o diretor da APETESP, Paulo Pélico, a conta precisa fechar. Assim, ficam felizes os estudantes, os empresários e os 80% para os quais, hoje, “o sonho não é realidade”.

Rosa Bertila Pizzato Souza

Versão B

Sr. Editor,

Ao ler a reportagem sobre a pertinência da meia-entrada em eventos culturais, publicada em sua revista, decidi contrapor alguns argumentos. Acredito que banir a meia-entrada da vida de crianças, estudantes, idosos e demais beneficiários, como professores, por exemplo, seria um retrocesso na democratização da arte e da cultura. Primeiro, porque nas projeções feitas na reportagem, considerou-se apenas o valor cobrado nos finais de semana, em torno de 20 reais o ingresso nos cinemas. Ora, há dias em que o preço é bem mais baixo. Há inclusive promoções com sessões gratuitas ou com preços populares (quatro reais) no próprio Unibanco Arteplex, cujo responsável advoga pela extinção das “meias”. Segundo, porque, ao negarem a estudantes e idosos um ingresso mais acessível, estarão privando-lhes o acesso ao lazer. Sem a popular “meia”, corre-se o risco de as salas de cinema e de teatro ficarem mais vazias. A reportagem também compara o Brasil com países desenvolvidos, como Reino Unido e EUA, onde a meia-entrada vale 70% do ingresso normal. No entanto, esqueceram-se da França, onde todos os estudantes têm direito a pagar 50% do preço normal em eventos culturais. Quem garante que, sem o meio-ingresso, os preços irão baixar? Antes de excluir a “meia”, deve-se exterminar a pirataria e o uso criminoso da internet, estes, sim, os verdadeiros vilões.

Andréa Garcia Zelaquett

PROVA COMENTADA PELOS PROFESSORES DO CURSO POSITIVO

Vestibular UFPR 2011/2012 - 2ª Fase

PORTUGUÊS



Versão C

Sr. Editor,

Ao ler a matéria publicada nesta revista sobre as implicações da meia-entrada, não pude deixar de manifestar-me. Como proprietário de casa de shows, sei que o acesso à cultura é muito mais uma questão ideológica que econômica. E sei também que, para quem vive disso, a meia-entrada é um grave complicador. Na verdade, quem acaba pagando essa benesse é quem já não é estudante – ou não comprou sua “carteirinha” em um camelô. Acho louvável a conquista da UNE, mas vários pontos precisam ser revistos. Um deles é a garantia da veracidade da carteira de estudante, que deveria ser emitida por um órgão competente, e não nos colégios, como hoje acontece. É dessa forma que acontecia quando a medida foi concretizada na década de 1940. O desconto e os critérios para sua concessão são, além disso, francamente exagerados. No Reino Unido e no Chile, ele não passa de 30% do valor do ingresso; sem contar os EUA, onde o benefício só é destinado a crianças e idosos. Rever a meia-entrada não significa um retrocesso democrático, mas a consolidação da democracia, ou seja, o acesso de todos. O que não implica a exclusão de ninguém.

Suzelei Aparecida Carvalho Rosales

PROVA COMENTADA PELOS PROFESSORES DO CURSO POSITIVO

Vestibular UFPR 2011/2012 - 2ª Fase

PORTUGUÊS



QUESTÃO DISCURSIVA 02

Faça um resumo de até 10 linhas do texto a seguir.

Algumas das principais cidades espanholas, a partir do último mês de março, passaram a abrigar um experimento político e cultural que tem atraído interesse crescente de cientistas e filósofos políticos. Trata-se da ocupação permanente, por parte de multidões de jovens, de praças públicas, como a Plaza Del Sol (em Madri) e a Plaza de Catalunya (em Barcelona). Milhares de jovens passam a viver nas praças, organizam cozinhas coletivas, promovem seminários e grupos de discussão. Dançam, cantam e, certamente, namoram.

Duas ou três visitas à Plaza de Catalunya, como as que fiz em fins de maio, são suficientes para recolher as várias palavras de ordem ali audíveis, em meio à polifonia das urgências e ao ruído do incessante bater de panelas, latas ou coisa similar. Uma palavra de ordem, no entanto, parecia unificar o coro por vezes dissonante de reivindicações díspares: “por uma vida mais digna”.

Difícil associá-la a qualquer causa já conhecida. Não há vínculos partidários explícitos e, se calhar, implícitos. De algum modo, um sentimento de desterro em sua própria pátria releva dos semblantes juvenis. Será a dignidade de esquerda ou de direita? Ou seriam todos extremistas de centro?

Há quem explique a coisa pela gravidade da crise que atravessa o país. Com efeito, na Espanha, 43% dos jovens não conseguem entrar no assim chamado ‘mercado de trabalho’. O país, por certo, sempre conviveu com taxas mais elevadas de desemprego do que a média da União Europeia, fato compensado pelas políticas de proteção social, cujo lastro foi o crescimento econômico do país, décadas atrás. [...]

No entanto, não se trata apenas de risco de não emprego. Mais que isso, sinais eloquentes de descrença na política, na capacidade dos governos e nos mecanismos de representação aparecem por todo lado. O movimento de ocupação foi afetado pelas eleições municipais espanholas, ocorridas em 15 de março passado, nas quais se observaram imenso avanço da oposição conservadora ao governo socialista de José Luis Zapatero e um forte alheamento ao processo eleitoral, visível pelas altas taxas de abstenção. O mesmo componente repetiu-se, quase três meses mais tarde, em Portugal. Lá, os socialistas foram derrotados pela oposição conservadora, graças, em grande medida, à indiferença de eleitores – mais de metade do país –, que não percebiam qualquer diferença entre as propostas em disputa.

Muito se tem escrito, em vários países, a respeito da crise de representação política. Por toda parte, parlamentos e partidos parecem ter vida própria e se distinguem da massa dos eleitores, visitados e revisitados por ocasião das temporadas de captura de sufrágio, também conhecidas como ‘eleições’. [...] Um interesse a ser abrigado e lapidado pela ação de partidos políticos, cuja atribuição, além da disputa eleitoral pelo poder, deveria ser da organização de correntes de opinião, da educação política e da difusão da informação. Um cenário que muitos julgam já desfeito. Outros, ainda mais descrentes, duvidam mesmo de sua existência em qualquer tempo.

De qualquer modo, os jovens da Catalunha formularam, sob forma de queixa, seu próprio diagnóstico. Entre as muitas palavras de ordem, e além da exigência de vida digna, destacava-se essa pérola: “Basta de realidade, deem-nos promessas”.

(LESSA, Renato. “Promessas, não realidades”. CIÊNCIAHOJE, vol. 48, p. 88.)

Questão discursiva 2 – Comentário

Gênero mais comum nos vestibulares da UFPR, o resumo pressupõe, primeiramente, que o(a) candidato(a) não opine, nem insira fatos ou argumentos ausentes do texto original. Igualmente, não se deve copiar esse original, tornando o resumo uma “colagem” (mesmo que bem feita) de frases extraídas do texto. É importante, por fim, deixar claro que se trata de um resumo, mencionando, assim, o autor e a fonte do original. Trata-se, portanto, de um exercício de paráfrase e síntese.

A percepção das ideias essenciais de um texto pode se dar por mais de um percurso. Talvez o melhor método de validade geral consista em compreender que as “ideias essenciais” correspondem aos elementos básicos caracterizadores do gênero a que pertence o texto que se deseja resumir.

Como é tradicional no vestibular UFPR, o texto apresentado para resumo é do tipo argumentativo, mais especificamente, um artigo de opinião.

Fundamentalmente, a argumentação se configura como a apresentação de uma tese (um ponto de vista) sobre determinado tema polêmico. É comum, por exemplo, que os textos argumentativos apresentem um questionamento explícito. Eventuais possibilidades de resposta a essa questão-tema compõem as hipóteses com que trabalha o texto. A hipótese defendida é justamente a tese. Os argumentos mais valorizados, em geral, são os de prova concreta (fatos, notícias ou indicadores estatísticos, por exemplo), de autoridade (citações), bem como a rede de relações lógicas (como oposição, causa-consequência, explicação-conclusão).

PROVA COMENTADA PELOS PROFESSORES DO CURSO POSITIVO

Vestibular UFPR 2011/2012 - 2ª Fase

PORTUGUÊS



O texto-base é um artigo do cientista político Renato Lessa, publicado na edição de julho da revista *Ciência Hoje* (vol. 48, nº 283). Suas ideias essenciais podem ser assim esquematizadas:

- O tema do texto são as recentes manifestações da juventude espanhola que ocupa praças públicas, como a Plaza Del Sol (em Madri) e a Plaza de Catalunya (em Barcelona). Para o autor, trata-se de fato relevante, que se constitui em verdadeiro “experimento político e cultural que tem atraído interesse crescente de cientistas e filósofos políticos”.
- As reivindicações dos jovens são variadas. A palavra de ordem mais unificadora parece ser: “por uma vida mais digna”.
- A pergunta que Renato Lessa se faz é: qual a motivação dessas manifestações? Expressam elas uma inquietação de esquerda ou de direita? Ou talvez de centro? (Note-se que, nesse ponto, o autor se vale de uma curiosa ironia, por meio da expressão, literalmente paradoxal, “extremistas de centro”.)
- Uma explicação possível é o desemprego, que, na Espanha, afeta nada menos que 43% dos jovens.
- Lessa, contudo, não atribui importância capital a esse fato. Para ele, mais relevante é a “descrença na política”, nos governos e na própria democracia representativa, o que se pode depreender das altas taxas de abstenção verificadas nas últimas eleições municipais. Na Espanha, como em Portugal, tal indiferença dos eleitores levou à vitória de partidos conservadores, frente aos socialistas até então mais bem votados em ambos os países ibéricos.
- O autor, em seguida, reafirma sua percepção sobre a “crise de representação política”, associada à incapacidade de os partidos políticos, rotinizados pelas disputadas eleitorais, organizarem e educarem politicamente a maioria da população.
- Os jovens espanhóis expressam esse novo desenho da participação política. Não por acaso, um de seus *slogans* diz: “Basta de realidade, deem-nos promessas”.

Naturalmente, não seria possível contemplar todos esses elementos em apenas 10 linhas. O mais importante é deixar claro o tema, a questão que o autor se coloca, a hipótese que ele discute, embora não acate inteiramente, e, por fim, a tese por ele defendida.

Versão A

Praças espanholas ocupadas por jovens: é sobre tal cenário que se debruça Renato Lessa, no artigo intitulado “Promessas, não realidades”, publicado na revista *Ciência Hoje*, vol. 48. Segundo o autor, a atitude desses jovens, unidos “por uma vida mais digna”, pode ser explicada por diferentes fatores. Num primeiro momento, pode-se pensar que a grave crise enfrentada pela Espanha, país marcado pelo desemprego, é a causa das ocupações; porém, destaca em seguida, a principal razão é a descrença com relação à política. Para Lessa, a tomada das praças foi influenciada pelo último pleito municipal espanhol, em que, a exemplo do ocorrido em Portugal, houve um grande avanço conservador e uma considerável abstenção. Trata-se, na visão do articulista, de um exemplo concreto da crise de representação institucional em um contexto marcado pela ausência da atração dos partidos enquanto motores de um processo de formação política desde a base (algo que, na visão dos mais céticos, nunca existiu – pontua Lessa). Finalizando, afirma que o lema “Basta de realidade, deem-nos promessas” bem expressa a postura dos jovens espanhóis.

Leonardo Bora

PROVA COMENTADA PELOS PROFESSORES DO CURSO POSITIVO

Vestibular UFPR 2011/2012 - 2ª Fase

PORTUGUÊS



QUESTÃO DISCURSIVA 03

De tempos em tempos, podemos presenciar alguns movimentos sociais, que são frutos dos acontecimentos de sua época. O texto anterior fala de um deles: movimento impetrado por jovens espanhóis, frente a um mundo sem perspectivas. No quadro a seguir, elencamos alguns *slogans* desse movimento e, à direita, apresentamos outros “*slogans*” também de um movimento de jovens, só que datado de 1968, quando estudantes e operários na França escreviam essas frases em muros e cartazes espalhados por Paris. Irreverentes e provocadoras, de forte teor surrealista, as mensagens eram dirigidas não só ao poder, aos patrões e à polícia, mas também aos próprios estudantes e às instituições da esquerda tradicional.

Escreva um texto de 8 a 10 linhas, apresentando semelhanças ou diferenças entre os dois movimentos, que podem ser deduzidas dos *slogans*. Faça um recorte preciso, selecionando dois *slogans* de cada lado como base para a sua comparação. Recorra, se quiser, às informações do texto da questão 02.

Movimento dos jovens espanhóis – 2011	Movimento dos jovens franceses – 1968
Por uma vida mais digna. Onde está a esquerda? No fundo à direita. Nossos sonhos não cabem nas urnas. Se não nos deixam sonhar, não os deixaremos dormir. Sem trabalho, sem casa, sem medo. Enganaram os avós, enganaram os filhos, que não enganem os netos. Nós somos o futuro, o capitalismo é passado. Todo poder às assembleias. Não há evolução sem revolução. O futuro começa agora. Continuas pensando que é uma utopia?	É proibido proibir. Abaixo a sociedade de consumo. Abaixo o realismo socialista. Viva o surrealismo. Parem o mundo, eu quero descer. Proibido não colar cartazes. A humanidade só será feliz quando o último capitalista for enforcado com as tripas do último esquerdista. Eu participo. Tu participas. Ele participa. Nós participamos. Vós participais. Eles lucram. O patrão precisa de ti, tu não precisas dele. Fim da liberdade aos inimigos da liberdade. O sonho é realidade. Sejam realistas, exijam o impossível.

Questão discursiva 3 – Comentário

Feliz aproveitamento de uma proposta como base para outra, esta terceira questão discursiva também debate as mobilizações da juventude espanhola de 2011, comparando-as, agora, com as célebres manifestações estudantis (e operárias) ocorridas na França, principalmente em Paris, em maio de 1968.

O enunciado traz um pouco desse contexto e apresenta quadro comparativo entre *slogans* dos jovens espanhóis de 2011 e os jovens franceses de 1968 (infelizmente, da proposta não constou a fonte de que foram extraídas as duas séries de *slogans*). O comando solicita a elaboração de um texto com semelhanças ou diferenças que, com base nos *slogans*, possam ser percebidos entre os dois movimentos. Precavendo-se contra a potencial falta de objetividade de certos textos, a banca examinadora deixa claro que o(a) candidato(a) deveria fazer “um recorte preciso, selecionando dois *slogans* de cada lado”.

Tais instruções permitem três encaminhamentos básicos: (a) apresentar apenas semelhanças entre os movimentos; (b) apresentar apenas diferenças; (c) mostrar tanto semelhanças quanto diferenças, destacando um *slogan* em cada direção.

A semelhança talvez mais clara esteja na abrangência das críticas. Em ambos os casos, certo anticapitalismo convive com críticas também à política socialista. Em 1968, ainda no período da Guerra Fria, os jovens franceses se insurgem não apenas contra o adversário burguês tradicional, mas também contra os cânones da ortodoxia de esquerda, dominantes na União Soviética e nos países do Leste Europeu. A juventude espanhola, como se viu no artigo de Renato Lessa, expressa uma “crise de representação política”, que se voltou também contra o governo socialista de José Luis Zapatero.

As diferenças mais evidentes recaem sobre os distintos contextos históricos e sociais das mobilizações. No tocante especificamente aos *slogans*, podemos considerar que, em meio às semelhanças já salientadas, há certa diferença de tom. Os *slogans* de 68 são mais libertários e/ou mais surrealistas, permeados sempre pelo gosto do paradoxo.

PROVA COMENTADA PELOS PROFESSORES DO CURSO POSITIVO

Vestibular UFPR 2011/2012 - 2ª Fase

PORTUGUÊS



A proposta, como já salientamos, é muito inteligente e bem realizada. Sobre ela, todavia, paira um problema recorrente nos exames da UFPR. O número de linhas parece insuficiente para o adequado desenvolvimento da questão. Certamente, a prolixidade não faz parte dos nossos ideais do que seja uma boa redação. Mas igualmente não nos parece simples redigir em apenas dez linhas um texto claro e coerente que (a) compare dois movimentos complexos, como o Maio de 68 francês e as recentes manifestações na Espanha; (b) selecione dois *slogans* de cada lado, justifique tal seleção e a insira em percurso argumentativo consistente; (c) aproveite conteúdos do artigo de Renato Lessa (o que não era obrigatório, por certo, mas constituía justamente um dos atrativos da questão).

Versão A

Direita, esquerda, direita, esquerda, direita, esquerda. Não são passos de um desfile militar, mas alvos dos *slogans* de dois movimentos de jovens, o francês de 1968 e o espanhol de 2011. Enquanto, para os franceses, a humanidade só seria feliz quando não restassem mais capitalistas e esquerdistas, para os espanhóis o paradeiro da esquerda confunde-se com o da direita. Na França da Guerra Fria, o capitalismo só seria objeto de crítica se seu opositor ideológico fosse também questionado. Também a ocupação de praças por jovens espanhóis tem como motivação a crise de representação política, tanto de direita quanto de esquerda (como destacou Renato Lessa em artigo recente para a *Ciência Hoje*). Em 1968, ante o esgotamento do Estado de Bem-Estar, os jovens quiseram livrar-se do patrão, do consumo e da “participação” que apenas beneficiaria o lucro. Na Espanha, exige-se vida digna, mas não se aproximam perspectivas. Comparam-se, portanto, dois tempos. A década de 1970, segundo Eric Hobsbawm, mudou os rumos do século XX. Quanto a 2011 – quais serão seus desdobramentos para o novo século?

Denise Miotto

Versão B

Os jovens que atualmente ocupam as praças da Espanha, filhos da Guerra Fria e representantes de uma nova “geração perdida”, veem-se diante de outro muro: um futuro opaco. O antigo Primeiro Mundo em crise e, principalmente, a descrença na política são fatores que fazem que o florido idealismo de 1968, a geração d’Os Sonhadores cujo canto ecoou em nossa Tropicália, tenha ressurgido, embora despetalado, ou seja, com os pés no chão. Na Europa daquele maio turbulento, insurgia-se contra direita e esquerda; bradava-se “O patrão precisa de ti, tu não precisas dele”. Com semelhante negativa, na Espanha de 2011 a juventude apregoa o lema “Sem trabalho, sem medo”. Há, porém, uma primeira diferença: hoje, faltam patrões. Além disso, em 68 os protestos não estavam dissociados de voos surrealistas. Celebrava-se o devaneio: “O sonho é realidade”. Hoje, Breton e Dalí jazem nos museus: a praça é do povo, e o povo carece de promessas, está cansado, mas (eis a contradição) não mais pode sonhar – e por isso protesta, conforme o agressivo “Se não nos deixam sonhar, não os deixaremos dormir”. Há quem diga que 1968 não terminou. Parece claro, porém, que algo se perdeu nos últimos 40 anos: na visão dos conterrâneos do sonhador-mor, D. Quixote, as utopias não mais são certezas, mas interrogações.

Leonardo Bora

QUESTÃO DISCURSIVA 04

A seguir, apresentamos os parágrafos iniciais de um texto de Fernando Rodrigues publicado na *Folha de S. Paulo*, em 12/11/2011. Escreva uma continuidade para esse texto, observando as seguintes recomendações:

- ter de 6 a 8 linhas;
- apresentar uma articulação clara com os parágrafos iniciais;
- introduzir informações novas, que garantam a progressão no tratamento do tema;
- concluir o texto de forma coerente.

Uma lei imperfeita

O título deste texto é um pleonasmo. Não há leis perfeitas. A Lei da Ficha Limpa é também cheia de qualidades e de defeitos.

O seu maior mérito é impedir a candidatura de quem já está condenado por uma instância colegiada, de mais de um juiz. O Supremo Tribunal Federal deu indicações de que aceitará como constitucional esse trecho. A regra terá um efeito profilático após algumas eleições.

Questão discursiva 4 – Comentário

A quarta proposta segue o modelo da continuação de um texto dado. O início compõe-se do título e dos dois primeiros parágrafos de artigo do jornalista Fernando Rodrigues, conhecido colunista político da *Folha de S. Paulo*. O tema do texto é a lei, de iniciativa popular, conhecida como Ficha Limpa, que torna inelegíveis, por exemplo, os que forem condenados em tribunais colegiados (órgãos de segunda instância) ou políticos que renunciarem para evitar a cassação de seus mandatos. O artigo menciona também que o Supremo Tribunal Federal (STF) terá de ainda posicionar-se sobre a constitucionalidade da lei.

Sobre esta proposta, cabem considerações semelhantes às que tecemos com relação à questão discursiva anterior. A elegância do comando e a relevância do tema convivem incomodamente com certa restrição advinda do limite de linhas. Vejamos. O artigo original de Fernando Rodrigues, publicado em 12/11/2011, compõe-se de sete parágrafos e 307 palavras. A banca reproduziu dois parágrafos e 68 palavras.

Solicita-se, então, que o(a) candidato(a) dê prosseguimento a esse início e *conclua* o texto em, no máximo, 8 linhas. Supondo a escrita com uma letra pequena, que desenvolva, digamos, 16 palavras por linha, teríamos, na melhor das hipóteses, algo como 126 palavras, ou seja, cerca de metade do tamanho do trecho restante do artigo original (isso, bem entendido, para um(a) candidato(a) com letra pequena).

O que nos parece problemático, neste caso, é que o início do texto direciona seu prosseguimento e sua conclusão, com base justamente na expectativa de que ainda houvesse aproximadamente o dobro do espaço fornecido pela banca examinadora.

Seja como for, o bom desenvolvimento da continuação deveria levar em consideração certos elementos centrais dos parágrafos apresentados. A questão avalia, assim, a percepção de elementos de coesão e coerência fundamentais na escrita.

A primeira frase do artigo diz que “a Lei da Ficha Limpa é cheia de qualidades e defeitos”. Espera-se, portanto, que o prosseguimento do texto expanda esses dois aspectos da lei. O parágrafo seguinte apresenta o que seria “o seu maior mérito”; noutras palavras, traz as “qualidades”. Um modo relativamente simples de prosseguir os parágrafos originais seria, então, apresentar possíveis “defeitos” da lei. Como se deve concluir o artigo, não seria equivocado, por exemplo, listar os defeitos em um parágrafo e fechar o raciocínio com uma síntese de ambos os aspectos ou uma avaliação geral sobre a Ficha Limpa.

Observe-se que a questão pressupõe que o(a) candidato(a) esteja em dia com a leitura do noticiário político, mantendo-se informado sobre um dos temas mais comentados da atualidade, em consonância, inclusive, com a intensa discussão sobre ética e política que há várias décadas perpassa a sociedade brasileira. Igualmente, a questão seleciona o(a) estudante capaz de expressar-se na linguagem própria dos textos jornalísticos de opinião.

PROVA COMENTADA PELOS PROFESSORES DO CURSO POSITIVO

Vestibular UFPR 2011/2012 - 2ª Fase

PORTUGUÊS



Versão A

O aspecto mais discutível e que deve consumir boa parte do debate no Supremo diz respeito a quem já cumpre um mandato e é denunciado por quebra de decoro. Até agora, bastava renunciar para escapar à cassação e manter os direitos políticos. Pela lei, essa pessoa já estaria inelegível mesmo sem ter sido condenada, o que pode ser considerado injusto e até inconstitucional.

De todo modo, a Ficha Limpa, uma lei de iniciativa popular, constitui-se, indubitavelmente, em um instrumento que só contribui para aperfeiçoar (apesar das imperfeições) a democracia representativa.

Wellington (Wella) Borges Costa

Versão B

Esse poderá ser, a médio prazo, o antídoto a excrescências políticas versadas na trilha da corrupção e do banditismo e também aos neófitos na “arte”, como se verificou há pouco no Distrito Federal, em fato protagonizado por quem parece estar aprendendo “corretamente” a lição de casa.

Goste ou não a opinião pública, é preciso paciência no país em que muitas das letras da lei são reconhecidas como progressistas e efetivamente republicanas. A prática, a aplicação e a amplitude de uma lei como a da Ficha Limpa depende, inclusive, da voz de vigilância e cobrança que precisaremos exercer até que ela realmente “pegue”.

Até lá, para evitar os que escapam à punição, o melhor antídoto possível, então: a derrota nas urnas.

Yeso Osawa Ribeiro

PROVA COMENTADA PELOS PROFESSORES DO CURSO POSITIVO

Vestibular UFPR 2011/2012 - 2ª Fase

PORTUGUÊS



QUESTÃO DISCURSIVA 05

Leia o texto abaixo.

Morreu Amy Winehouse e os moralistas de serviço já começaram a aparecer. Como abutres que são. Não há artigo, reportagem ou mero obituário que não fale de Winehouse com condescendência e piedade. Alguns, com tom professoral, falam dos riscos do álcool e da droga e dão o salto lógico, ou ilógico, para certas políticas públicas.

Amy Winehouse é, consoante o gosto, um argumento a favor da criminalização das drogas; ou, então, um argumento a favor de uma legalização controlada, com o drogado a ser visto como doente e encaminhado para a clínica respectiva. O sermão é hipócrita e, além disso, abusivo.

Começa por ser hipócrita porque este tom de lamentação e responsabilidade não existia quando Amy Winehouse estava viva e, digamos, ativa. Pelo contrário: quanto mais decadente, melhor; quanto mais drogada, melhor; quanto mais alcoolizada, melhor. Não havia jornal ou televisão que, confrontado com as imagens conhecidas de Winehouse em versão zombi, não derramasse admiração pela 'rebeldia' de Amy, disposta a viver até o limite.

Amy não era, como se lê agora, uma pobre alma afogada em drogas e bebida. Era alguém que criava as suas próprias regras, mostrando o dedo, ou coisa pior, para as decadentes instituições burguesas que a tentavam "civilizar". E quando o pai da cantora veio a público implorar para que parassem de comprar os seus discos – raciocínio do homem: era o excesso de dinheiro que alimentava o excesso de vícios – toda a gente riu e o circo seguiu em frente. Os moralistas de hoje são os mesmos que riram do moralista de ontem.

Mas o tom é abusivo porque questiono, sinceramente, se deve a sociedade impor limites à autodestruição de um ser humano. A pergunta é velha e John Stuart Mill, um dos grandes filósofos liberais do século 19, respondeu a ela de forma inultrapassável: se não há dano para terceiros, o indivíduo deve ser soberano nas suas ações e na consequência das suas ações. Bem dito. Mas não é preciso perder tempo com filosofias. Melhor ler as letras das canções de Amy Winehouse, onde está todo um programa: uma autodestruição consciente, que não tolera paternalismos de qualquer espécie.

O tema "Rehab", aliás, pode ser musicalmente nulo (opinião pessoal) mas é de uma honestidade libertária que chega a ser tocante: reabilitação para o vício? Não, não e não, diz ela. Três vezes não.

Respeito a atitude. E, relembro um velho livro de Theodore Dalrymple sobre a natureza da adição (*Junk Medicine: Doctors, Lies and the Addiction Bureaucracy*), começa a ser hora de olhar para o consumidor de drogas como um agente autônomo, que optou autonomamente pelo seu vício particular – e, em muitos casos, pela sua destruição particular.

(PEREIRA COUTINHO, João. "Sermão ao Cadáver", www.folhaonline.com.br – acesso 25 jul 2011.)

A sociedade deve impor limites à autodestruição de um ser humano? Num texto de 10 a 12 linhas, discuta essa questão, ponderando a respeito da descriminalização das drogas. Seu texto deverá levar em consideração a argumentação de Coutinho.

Questão discursiva 5 – Comentário

À semelhança da proposta inicial, a última proposta da prova também solicita a redação de um texto argumentativo sobre tema afeito à juventude, igualmente com base em um texto de apoio.

No artigo "Sermão ao cadáver", o escritor português e colunista da *Folha de S. Paulo*, João Pereira Coutinho, emite pontos de vista polêmicos, motivados pela morte, por consumo excessivo de drogas, da cantora pop britânica Amy Winehouse. Para Coutinho, as manifestações de reprovação sobre a vida e a forma de falecimento de Winehouse são, antes de mais nada, hipócritas, pois partem da mesma sociedade que incensava a cantora e fazia dela uma celebridade, justamente devido a seu comportamento supostamente "intenso" e "rebelde".

Mas o autor vai mais longe. Citando o filósofo liberal inglês John Stuart Mill (1806 – 1873), afirma que, "se não há dano para terceiros, o indivíduo deve ser soberano nas suas ações e na consequência de suas ações". Posiciona-se, assim, favoravelmente, por exemplo, à liberação do consumo de drogas. Exercitando o que poderia ser considerado um ultraliberalismo, menciona agora o médico e escritor britânico Theodore Dalrymple (nasc. 1949) e argumenta que o consumidor de drogas deve ser encarado "como um agente autônomo, que optou autonomamente pelo seu vício particular – e, em muitos casos, pela sua destruição particular".

A proposta solicita, então, que o(a) candidato(a) se posicione sobre o direito que um ser humano teria de autodestruir-se, "ponderando a respeito da descriminalização das drogas" e levando em conta "a argumentação de Coutinho".

Novamente, a abordagem original coaduna-se com a pertinência do tema. A questão das drogas é uma das mais recorrentes no debate público contemporâneo, e a possibilidade de sua legalização esteve em voga este ano com o lançamento do documentário *Quebrando o tabu*, do diretor Fernando Grostein, que conta com a participação do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

PROVA COMENTADA PELOS PROFESSORES DO CURSO POSITIVO

Vestibular UFPR 2011/2012 - 2ª Fase

PORTUGUÊS



Mais uma vez, todavia, é necessário observar que também aqui o número máximo de linhas parece inadequado. Não é simples posicionar-se sobre dois temas polêmicos, argumentar levando em conta um texto complexo como o de Coutinho, tudo isso em apenas 12 linhas.

A natureza da proposta permite que o(a) candidato(a) tenha algumas possibilidades para construir sua tese. Pode, por exemplo, posicionar-se contra o direito à autodestruição e, conseqüentemente, contra a descriminalização das drogas. Ou, digamos, considerar filosoficamente impróprio alguém se autodestruir, embora este seja um direito, o que o levaria a argumentar favoravelmente à descriminalização das drogas. Ou apresentar algum ponto de vista intermediário, como a defesa da internação compulsória, mas não da prisão dos usuários de drogas, o que aproximaria o(a) candidato(a) da posição do ex-presidente Fernando Henrique.

A defesa da descriminalização das drogas poderia basear-se, como no artigo de Coutinho, em argumentos de caráter liberal. O célebre economista estadunidense Milton Friedman (1912 – 2006), um dos maiores expoentes do liberalismo no século XX, defendeu essa tese, o que não impediu que recebesse o prêmio Nobel de Economia em 1976. Também são possíveis argumentos de caráter social ou pragmático, como a impossibilidade de efetivamente coibir o comércio ilegal de drogas, ou a vantagem que poderia advir do recolhimento de impostos (aplicados, digamos, na área da saúde) gerados pela legalização.

À posição contrária também não faltariam argumentos filosóficos ou sociais. Questões éticas ou religiosas, por exemplo, respaldariam a crítica ao direito de autodestruição. Pode-se afirmar, digamos, que é ilusório acreditar que um usuário contumaz de drogas prejudica apenas a si próprio, uma vez que substâncias entorpecentes induzem a comportamentos antissociais. Igualmente se poderia lembrar as inúmeras e trágicas conseqüências sociais trazidas por drogas como o crack, que vitimizam a população mais jovem e mais pobre, sobretudo na periferia das grandes cidades. Uma explosão de consumo gerada por eventual descriminalização dos usuários poderia, mesmo, tornar-se incontrolável.

O(a) candidato(a) poderia ainda apoiar-se em várias posições intermediárias, trabalhando, por exemplo, a distinção entre legalização e descriminalização das drogas, ou defendendo a legalização de drogas consideradas mais leves, como a maconha, mas não a de outras, como a crack.

Obviamente, todos esses pontos de vista são, em princípio, possíveis como base para a construção de um bom texto argumentativo. Como sabemos, a correção não é ideológica, e a própria diversidade de temas e posicionamentos presentes na prova sugere que a banca examinadora reconhece – e, ao que tudo indica, valoriza – a pluralidade inerente às sociedades democráticas.

Versão A

Amy morreu. E daí, se o grotesco do espetáculo autodestrutivo de uma celebridade é a expectativa mórbida com que esperamos cada nova peripécia da “vítima”? Ela não é a primeira nem será a última a render matéria, capas de revistas, obras póstumas – que estão vendendo muito bem, obrigado.

Por isso mesmo, o escritor português João Pereira Coutinho, ao vociferar contra a hipocrisia dos que acusam as drogas como causadoras de uma morte anunciada, não consegue escapar, ele próprio, de um moralismo enviesado quando insinua, em “Sermão ao cadáver”, o direito inalienável do “cada um faz o que quer da própria vida”.

Drogas matam, sim, e marcam a vida de quem nelas se afunda e dos que naufragam, juntos, em volta. A honestidade libertária de Amy comovendo o jornalista d’além-mar certamente dilacera o pai que perdeu o filho para a cracolândia. Nesse sentido, descriminalizar as drogas em um país como o Brasil soa como espasmo libertário de “caretas” que ignoram, sabe-se lá por quê, a teia de que todos – indivíduo, sociedade e Estado – fazemos parte. Famosos que se destroem continuam lembrados, pelo bem ou pelo mal; importam-nos, de verdade, os anônimos que vagam em círculos por uma escuridão destrutiva.

Yeso Osawa Ribeiro

PROVA COMENTADA PELOS PROFESSORES DO CURSO POSITIVO

Vestibular UFPR 2011/2012 - 2ª Fase

PORTUGUÊS



Versão B

Grande parte de nossa sociedade é hipócrita. João Pereira Coutinho (folhaonline, 25/07/2011) está certo. Os mesmos que aplaudiram a queda – às vezes literal – de estrelas como Joplin, Cobain e Winehouse, como se o contumaz uso de drogas fosse espetáculo, condenam com veemência o suicídio. O mesmo homem que se farta de grandezas e de cigarros não aceita – como metaforizou nosso poeta-engenheiro, João Cabral, no poema “Sinal de pontuação” – que outro use, na própria frase, o ponto-final. Contudo, ainda que bastante paradoxal, a sociedade particularmente a brasileira, não admite a autodestruição como um direito. Felizmente. Quando autoridades como Fernando Henrique Cardoso saem em defesa da “quebra de tabu” não estão certamente reivindicando o direito ao uso abusivo de drogas. Pelo contrário. A descriminalização pretendida iria justamente contribuir para a reabilitação do dependente, impondo-lhe, sim, limites, uma vez que o tratamento seria compulsório. E um dos maiores beneficiados pela medida seria a família do usuário, que também morre pouco a pouco quando um de seus membros se suicida.

Selma Aparecida Mottin Cavasso

Versão C

Em qualquer sociedade dita civilizada, lei, preceitos religiosos e, por extensão, a própria ética primam pela defesa da vida em qualquer circunstância (antes do nascimento inclusive). Por isso, mesmo que importantes personalidades como o filósofo britânico John Stuart Mill defendam o direito de o indivíduo ser soberano nas suas decisões (desde que não prejudique terceiros), a autodestruição do ser humano indica distúrbio, incentivado talvez pela própria sociedade. Nesse sentido, a descriminalização das drogas, somada ao fato de algumas delas serem já comercializadas legalmente, seria um tiro no pé. Se não for assim, será necessário pensar em leis proibindo dirigir não apenas sob efeito do álcool. Além disso, por que um médico eminente como o Dr. Dráuzio Varella estaria tão empenhado na campanha contra o “inocente” cigarro? Moralismo ou não, doente é doente. Diferentemente do que argumenta o escritor português João Pereira Coutinho (no texto “Sermão ao cadáver”, publicado na folhaonline em 27/07/2011), não se pode considerar um consumidor de drogas como autônomo. A sobriedade é virtude. O vício, não.

Polan Krul

Versão D

Para não dizer que não respeito as convenções, cito logo a fonte: João Pereira Coutinho, folhaonline, 25/07/2011. Pois é, João, morreu a Winehouse. Diz que era drogada e suicida. Tinha o direito de sê-lo? Vivemos, você sabe, no reino da mediocracia. Sociedade massas, apequenamento do indivíduo. Lilliputianos, imploramos proteção. Do pai, do cobertor, da caverna, do útero. Que o Estado nos salve de nós mesmos. Proibido drogar-se, armar-se, prostituir-se, envolver-se com jogos de azar. Você, João, nos lembra de outro John. Stuart Mill. Em vulgar: se não prejudico ninguém, faço comigo o que quero. Proibido proibir as drogas, o porte de armas, a prostituição, os cassinos. Também tenho minha filósofa: Ayn Rand. O combate à opressão coletivista pressupõe minar sua base moral: o altruísmo. Viva o gene egoísta. Quem não se dá ao direito de autodestruir-se não é livre para se construir. E para que não se diga que esqueci as flores, convoco também um comunista (e suicida). Iludido com Lênin, desiludido sob Stálin, o poeta Maiakovski, para quem, “melhor morrer de vodka do que de tédio”.

Paulo Bearzoti Filho